

Educação básica e o princípio da gestão democrática

Sistematizada em processo político-legislativo recente e em conformidade com o que se preceitua no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 e no inciso VIII do artigo 3 da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que por sua vez atendem aos reclamos dos movimentos de luta pela educação organizados durante e, principalmente, depois da ditadura militar no Brasil, o princípio da gestão democrática tem orientado as ações das instituições escolares. Em razão de tais posturas legais, torna-se absolutamente necessário, para materialização de tais princípios nas práticas escolares – práticas políticas, pedagógicas e de gestão –, a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e a participação das comunidades e famílias em conselhos escolares ou equivalentes, além de outras possibilidades participativas democráticas. Dessa forma, a escola, em particular a pública, responde às mudanças políticas de redemocratização da sociedade brasileira.

Dada a importância do tema, a edição n. 19 de *Dialogia*, de junho de 2014, propõe, para a seção Dossiê Temático, o debate sobre “Gestão democrática e escola básica”, com o objetivo de reunir textos de especialistas na temática da administração educacional e escolar que aprofundem a reflexão sobre os desafios teóricos e práticos que se põem aos gestores e demais educadores que atuam nesse nível de ensino, especialmente no público, com vistas à construção da qualidade político-pedagógica da educação e da escola.

O Dossiê inicia com o artigo das professoras da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Eunice Macedo e Helena C. Araújo, que argumentam a respeito da configuração educativa em Portugal, articulando-a a uma reconfiguração social, política, econômica e cultural global que potencializa riscos à efetiva democratização da escola. Para elas, neste cenário, as concepções educacionais se associam à quantificação de resultados escolares e à crescente hierarquização da organização escolar, tendendo a excluir crianças e jovens.

Com o olhar voltado à realidade brasileira, a professora doutora Maria Dilméia Espíndola Fernandes, do PPGEdu da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ao lado da doutoranda Andréia Vicência Vitor Alves, professora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e de Andressa Gomes de

Rezende Alves, Mestre em Educação pela UFMS, mostram que desde os anos de 1990 há diferentes concepções de gestão educacional em disputa. Concluem avaliando que, no contexto de modernização do Estado brasileiro, a gestão democrática do ensino, enquanto princípio constitucional, tem sido subsumida a outras concepções de gestão da educação.

Municiadas por pesquisas desenvolvidas pelo INEP e pelo Laboratório Latinoamericano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE), Sofia Lerche Vieira, atualmente pesquisadora do CNPq e docente do Programa Professor Visitante Nacional Senior-CAPES na UNILAB (Redenção, Ceará), e Eloísa Maia Vidal, professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará e coordenadora adjunta da Universidade Aberta do Brasil na UECE, retratam o perfil e a formação dos gestores escolares no Brasil. Com base em dados atualizados, experiência em pesquisa educacional e à luz da legislação, as autoras situam o debate sobre os diretores de escola no âmbito das políticas de formação, atualizando cientificamente o debate sobre o tema.

Encerra este Dossiê o texto do pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE-Uninove), professor Miguel Henrique Russo, especialista de longa data no campo da administração escolar. O caminho percorrido pelo estudioso é o escrutínio crítico dos conceitos que, a partir da vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, constituem fundamentos do campo teórico em que se movem as práticas escolares, nomeadamente: gestão democrática, descentralização, autonomia e projeto político-pedagógico. A principal constatação do autor – mais que isso, uma certa “impaciência” crítica – diz respeito ao não rebatimento desses conceitos na vida prática das escolas, bastando verificar a fragilidade que, de um modo geral, se observa nos seus projetos político-pedagógicos, que deveriam fecundar as relações e a cultura pedagógica no interior das unidades escolares.

Para compor com o mesmo tema, a seção Entrevista pautou o entrevistado dessa edição, Prof. Dr. João Cardoso Palma Filho, professor titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Instituto de Artes-SP), sobre: os limites e possibilidades do exercício da gestão democrática na escola pública básica brasileira; o papel dos colegiados no processo de democratização da escola; a concepção de autonomia da escolas nas dimensões administrativa, jurídica, financeira e pedagógica, considerando as condições internas e externas que impactam os sistemas de ensino; os princípios e ações que têm sido adotados pelas

escolas para ampliar e fortalecer a participação dos profissionais de educação, da família e da comunidade local; o papel político-pedagógico da equipe gestora (diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico), dos professores e funcionários da escola, entre outras indagações referentes às diversas demandas que têm sido atribuídas à escola contemporânea. O professor trata dos temas em termos claros e precisos, pontuando uma trajetória que conjuga a experiência em pesquisa, gestão e formulação no âmbito das políticas de educação.

Para a seção Artigos, a professora doutora Maria Elisa Caputo Ferreira, docente da Universidade Federal de Juiz de Fora, em parceria com a doutoranda pela FE-USP e docente na Universidade do Estado de Minas Gerais, Daniela Fantoni de Lima Alexandrino, mais a professora da mesma universidade e Mestre em Educação pela Universidade Federal de São João Del Rei, Cintia Lucia de Lima, trazem os resultados de uma pesquisa sobre a vivência corporal de crianças de 6 a 12 anos inseridas nas séries iniciais do ensino fundamental, destacando referências teóricas da Psicologia e da Fenomenologia que evidenciam a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças na perspectiva da movimentação, da brincadeira, da gestualização e dos sentimentos.

Na sequência, a doutora Carmem Lúcia de Oliveira Cabral e a doutoranda Reijane Maria de Freitas Soares, ambas docentes na Universidade Federal do Piauí, indagam: Que significação a formação continuada traz para a prática educativa do professor que atua na escola de tempo integral? A partir dessa questão, concluem que os efeitos da formação continuada na prática educativa só terão de fato visibilidade a partir da superação de uma formação fragmentada e aligeirada que se constrói no eixo de um tempo e espaço escolar também limitado e restrito.

A mestrandia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora de Língua Portuguesa na Rede Pública de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul, Gabrielle Perotto de Souza da Rosa, realiza uma análise de cinco livros didáticos da 8ª série do Ensino Fundamental e dois livros didáticos do Ensino Médio a fim de verificar se os autores incluem informações de natureza etimológica quando tratam do ensino dos processos de formação de palavras com radicais eruditos.

Retornando à discussão sobre a formação de professores, Fernanda Antônia Barbosa da Mota, doutora em educação e professora na Universidade Federal do Piauí, problematiza a formação e a prática de ensino dos professores de Filosofia da Educação, buscando conceituar a prática de ensino de Filosofia da Educação como desterritorialização, com fundamento nas ideias de Deleuze e Guattari.

A professora doutora Mônica Magalhães Cavalcante e o doutorando José Olavo da Silva Garantizado Júnior, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC), discutem a noção de coesão e coerência textual com base em teóricos da linguística. Os autores afirmam que a coesão não está relacionada apenas ao que é da natureza interna ao texto (que, em outras pesquisas, seriam atribuídos somente à coesão e à “coerência” semântica), mas também a fatores de natureza pragmática, cognitiva e sociointeracional.

A seção Artigos se conclui com o trabalho de um trabalho de investigação coletiva que envolveu as professoras Maria das Graças Vieira, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e Fernanda Matos de Moura Almeida, das Faculdades Doctum, cidade de Iúna, Espírito Santo, ao lado das pedagogas Alice Aparecida Souza Moraes, Ana Paula Nepomuceno Henriques, Andréia Justo de Lemos, Karina Henriques de Amorim e Patrícia Storck da Cruz Martins. No texto, as autoras expõem os resultados de uma pesquisa – realizada em uma escola daquela cidade – que verificou como os educadores utilizam as atividades lúdicas na Educação Infantil.

Esta edição é finalizada com duas resenhas elaboradas por mestrandas do Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais da Universidade Nove de Julho – PROGEPE, ambas coordenadoras pedagógicas da rede municipal de ensino de São Paulo: Angélica de Almeida Merli disserta sobre *A descoberta da língua escrita*, livro de Élie Bajard, educador francês que, na condição de consultor do Ministério da Educação brasileiro, criou o Programa Pró-Leitura; e Natália Cardia Santos escreve sobre a nova edição da publicação nomeada *Revisitando Paulo Freire – sentidos na educação*, organizada pelas pesquisadoras portuguesas Eunice Macedo, Lurdes Vasconcelos, Manuela Evans, Manuela Lacerda e Margarida Vaz Pinto.

A conclusão de mais uma edição deste periódico científico e sua inclusão em novas bases de dados vão conformando uma tradição de proposição e difusão do debate científico sobre o pensamento pedagógico e as práticas educacionais, com especial atenção às questões afeitas à escola básica. Esperamos que, com tal diretiva, a revista amplie as perspectivas do debate educacional entre a comunidade de pesquisadores, gestores, professores e demais profissionais da educação.

Eduardo Santos e Roberta Stangherlim
Editores